

## Fatores domésticos e sistêmicos que levaram ao insucesso da MINUSMA no Mali

Davi Luppi de Oliveira<sup>1</sup>  
Diego Teixeira Fernandes<sup>2</sup>

Resumo: O artigo busca analisar a atuação da Missão multidimensional integrada das Nações Unidas para estabilização do Mali (MINUSMA) e entender os fatores domésticos e sistêmicos que levaram ao insucesso da missão no país. Eles serão divididos em três seções, sendo elas: o contexto histórico que levou o surgimento do conflito no Mali, a atuação efetiva da MINUSMA no país e por último os motivos que levaram a desastrosa retirada de tropas da ONU do país, sem solucionar o problema de fato, bem como a forte oposição da opinião pública malinesa aos métodos utilizados durante os 10 anos de missão. Utiliza-se uma abordagem hipotético-dedutiva, de forma qualitativa, de pesquisa bibliográfica e documental como base deste trabalho. Por fim, dado a problemática apresentada em relação a complexidade da questão histórica de conflito no país somada a instabilidade política, nossa hipótese é que a atuação defensiva e reativa da ONU na região não se mostrou efetiva em resolver as crises humanitárias e políticas do Mali. Ademais, conclui-se que os fatores domésticos, como o último golpe de Estado, no ano de 2021, e sistêmicos, como o conflito Rússia e Ucrânia, impactou diretamente na atual situação de retirada das tropas da ONU. Ambos os fatores, confirmam o fracasso da Missão, em estabilizar e, efetivamente, solucionar a crise humanitária instaurada no Mali.

**Palavras chaves:** Mali; MINUSMA; ONU; Rússia.

Abstract: This article tries to understand and analyse the domestic and systemic factors that led to the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In Mali (MINUSMA) unsuccess. They will be parted in tree sections, being them: the historical context of the conflict, the effective performance of MINUSMA in the country and lastly the reasons the reasons that led to the disastrous withdrawal of UN troops from the country, without effectively solving the problem, as well as the strong opposition of Malian public opinion to the methods used during the 10-year mission. A hypothetical-deductive approach is used, in a qualitative way of bibliographic and documentary research as the basis of this work. Finally, given the problem presented in relation to the complexity of the historical issue of

---

<sup>1</sup> Graduando de Relações Internacionais – FURG, [daviluppideoliveira@gmail.com](mailto:daviluppideoliveira@gmail.com), <http://lattes.cnpq.br/9924742611709784>

<sup>2</sup> Graduando Relações Internacionais – FURG, [diegotf143@gmail.com](mailto:diegotf143@gmail.com), <http://lattes.cnpq.br/5659926756179164>

conflict in the country, added to the political instability, our hypothesis is that the UN's defensive and reactive action in the region has not proved effective in resolving Mali's humanitarian and political crises. Furthermore, it is concluded that domestic factors, such as the last coup d'état, in the year 2021, and systemic factors, such as the Russia and Ukraine conflict, have directly impacted the current situation of withdrawal of UN troops. Both factors, confirm the Mission's failure to stabilize and effectively resolve the humanitarian crisis in Mali.

**Key words:** Mali; MINUSMA; UN; Russia.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a atuação da Missão multidimensional integrada das Nações Unidas para estabilização do Mali (MINUSMA), com o objetivo entender os fatores domésticos e sistêmicos que levaram ao insucesso da missão no país. Dado a complexidade da questão histórica de conflito do país, que envolve lutas étnicas, anticoloniais e religiosas, e de sua decorrente instabilidade política, nossa hipótese é que a atuação defensiva e reativa da ONU na região, somada ao contexto internacional, não se mostrou efetiva para resolver as crises humanitárias do Mali.

O trabalho contribuí para a área das Relações Internacionais, ao buscar compreender os motivos internos e sistemáticos, do insucesso de uma das Missões de Paz na ONU, um importante instrumento do Organismo na busca de manutenção de paz e ajuda humanitário no globo, elucidando suas contradições e limitações. A metodologia aplicada ao presente trabalho se guiará a partir de pesquisas e análises, de forma qualitativa, bibliográfica e documental, utilizando-se de uma abordagem hipotético-dedutiva acerca dos fatores domésticos e sistêmicos que levaram ao insucesso da atuação da MINUSMA no conflito instaurado no Mali. Sendo assim, serão utilizados trabalhos acadêmicos envoltos no tema, publicações da mídia internacional, além de informações disponíveis em organizações internacionais, como os próprios relatórios e resoluções da MINUSMA realizados junto ao Conselho de Segurança da ONU.

Internamente, o conflito no Mali se desdobrou em meio a diversos grupos com objetivos distintos. Um dos grupos centrais nesse cenário é o povo Tuaregue, que ocupa a região Norte do país e é composto principalmente por agricultores e pastores. A rebelião Tuaregue, que deu origem ao conflito, está intimamente relacionada com a situação econômica do país e sua história pós-independência. A MINUSMA começa a atuar na região em 2013, após o governo do Mali ter pedido apoio internacional em 2012. A atuação reativa e

defensiva da Missão, devido a seus limites, não respondia aos anseios do Mali pela luta antiterrorista no país. Soma-se a isso, o foco da MINUSMA em grandes centros urbanos, o que deixava uma grande parte da população, que vive fora desses centros, vulneráveis a violência e banditismo. Essa forma de atuação, junto a um contexto internacional complexo, além de outros fatores, levaram a opinião pública e o governo do Mali a não terem mais interesse na atuação da MINUSMA no país. Outrossim, os países que financiavam e apoiavam efetivamente a Missão, não desejavam continuá-la, seja por insatisfação das tropas, seja pela aproximação Mali e Rússia. Levando, dessa forma, a retirada das tropas e a finalização das operações da MINUSMA em 2023.

## **2. Mali e o contexto histórico do conflito com os Tuaregues**

O Mali, situado na região oeste da África, especificamente no Sahel Africano, é um país sem acesso ao oceano e ocupa o sétimo lugar em extensão territorial no continente africano. Sua vasta área territorial abriga uma história pré-colonial significativa, tendo sido a sede de três grandes impérios africanos: o Império do Mali, o Império do Gana e o Império Songai. Esses impérios deixaram um legado cultural e histórico profundo que influenciou o curso da nação. Contudo, apesar dessa rica herança, o Mali tem enfrentado uma série de desafios contemporâneos, ligados à sua extensão territorial e complexa diversidade étnica.

Atualmente, o Mali é dividido em oito regiões administrativas, tendo sua capital, Bamako, localizada no sul do país. É nessa cidade que se concentra a maioria da população, enquanto suas fronteiras nortenhãs se estendem pelo árido deserto do Saara. Essa variação geográfica influenciou a história, a cultura e as dinâmicas sociais do Mali, criando uma série de desafios de governança e desenvolvimento.

A economia malinesa está intimamente entrelaçada com a existência do rio Níger, que possibilita a agricultura e a pesca em algumas regiões do país. Além disso, o Mali tem um papel proeminente na indústria de mineração de ouro, contribuindo para sua economia e desempenhando um papel central em suas relações comerciais.

No entanto, essas características geográficas e econômicas também têm sido acompanhadas por uma série de dificuldades, incluindo desafios climáticos, econômicos e políticos. A conexão entre os recursos naturais, as divisões étnicas e os problemas de governança muitas vezes se refletem nas crises que o país enfrentou e ainda enfrenta. A complexidade desses problemas exige uma abordagem holística para entender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas do Mali.

Neste capítulo, examinaremos mais profundamente a evolução histórica do Mali, suas características geográficas e suas ramificações para a economia e a sociedade. Também

exploraremos os desafios contemporâneos que o país tem enfrentado, incluindo conflitos internos, questões étnicas e as tentativas de buscar estabilidade e desenvolvimento em um contexto multifacetado.

No final do século XIX, o Mali foi conquistado pela França, em meio ao processo de colonização, e passou a ser controlado pela mesma, tornando-se assim parte do Sudão Francês. Somente em 1960 que o Mali conquistou sua independência, juntamente com Senegal, formando assim, a Federação Mali. Após um ano, essa federação se dividiu em dois países, o Mali e o Senegal. O Mali, nesse período, era governado apenas por um partido político socialista, sob a liderança do presidente Modibo Keita, que em 1968, após um declínio econômico, foi derrubado por Moussa Traoré, que estabeleceu um regime militar e tratou de reprimir a oposição política e os protestos que ocorriam no país em decorrência da crise econômica

Somente no ano de 1991, após a “Revolução de Março”, movimento que determinou a prisão do presidente Traoré e a legalização de partidos de oposição, que o Mali se tornou um país democrático, através de uma nova Constituição. No ano de 2020 o Mali ocupava a 45ª posição de país com maior índice de população vivendo abaixo da linha de pobreza, tendo 36.1% da população nessa realidade, segundo os dados da CIA World Factbook.

O conflito no Mali é altamente complexo, envolvendo diversos grupos com objetivos distintos. Um dos grupos centrais nesse cenário é o povo Tuaregue, que ocupa a região Norte do país e é composto principalmente por agricultores e pastores. A rebelião Tuaregue, que deu origem ao conflito, está intimamente relacionada com a situação econômica do país e sua história pós-independência

Em 2012 ocorre a rebelião Tuaregue no norte do País, liderada pelo movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA). A rebelião desencadeia um golpe no governo de Bamako, movido pela insatisfação dos militares com a baixa resposta do governo para com o movimento separatista do Norte. Após isso, ainda adentraram nos conflitos, grupos islâmicos como o Ansar Dine e Al-Qaeda, que auxiliaram o MNLA a derrubar o governo no norte do país, enquanto Bamako recebeu apoio inicialmente da França e depois da ONU, através da Minusma.

O primeiro presidente do Mali, Modibo Keita, buscou modernizar o país com uma abordagem socialista alinhada à URSS. Entretanto, esse modelo entrou em conflito com o nomadismo tradicional dos Tuaregues, que foram estigmatizados como "os malineses inúteis". A modernização foi vista por eles como uma nova forma de colonização, levando a um desejo crescente de independência e à criação do Estado de Azawad.

Em 1962, ocorreu a primeira rebelião Tuaregue no Norte, que foi reprimida pelas forças do governo central, resultando em uma administração militar e um grande fluxo de refugiados. Nas décadas seguintes, a marginalização e migração forçada dos Tuaregues se acentuaram, especialmente durante a década de 70, devido à crise econômica e à seca no país.

Nos anos 80, o Mali recebeu ajuda humanitária internacional devido à seca, mas os recursos não foram devidamente distribuídos nas regiões ocupadas pelos Tuaregues, gerando uma segunda rebelião em 1990, com grupos atuando no Mali, Argélia e Líbia (BENJAMINSEN, 2008).

Em 1991, os Acordos de Tamanrasset foram celebrados entre o Norte do país e o governo central, visando maior autonomia e investimentos na região. No entanto, houve críticas do restante do país, alegando que as demandas dos rebeldes foram atendidas excessivamente. Em 1991, um novo golpe de Estado conduzido por Amadou Toumani Touré levou a um maior diálogo e a um Pacto Nacional, reconhecendo a necessidade de desenvolvimento da região Norte (BLAYDES e MAIO, 2010).

Apesar disso, os conflitos Tuaregues retomaram em maior escala a partir de 2006, com insatisfação pela demora na implementação do Pacto Nacional. Em 2009, mediado pela Argélia, um tratado de paz foi realizado, envolvendo a entrega de armas rebeldes e sua incorporação nas forças armadas do Mali (IRIN,2013).

O ano de 2011, marcou a criação do Movimento Nacional pela libertação do Azawad (MNLA), que tinha como objetivo a independência do território ocupado pelos tuaregues em relação ao resto do país. Já em 2012 o MNLA entrou em ação, promovendo ataques na região Norte do Mali, sob alegação de não cumprimento das promessas realizadas pelo governo central do país às demandas tuaregues. Esta é tida como a quarta rebelião e o estopim final para intervenção estrangeira no país, inicialmente pela França e posteriormente pela Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (MINUSMA).

Além do envolvimento dos tuaregues e as forças armadas do Estado de Mali, se faz necessário destacar que, o envolvimento de outros grupos no conflito, levaram a sua escalada, e conseqüentemente a necessidade de intervenção internacional. Ainda no ano de 2012 o presidente Amadou Touré foi deposto por uma junta militar, acusado de não conduzir corretamente a política estatal durante o conflito. Ademais, o golpe sofrido em Bamako, permitiu que os tuaregues ocupassem o território Norte do país e declarassem a independência do Azawad, além de posteriormente realizarem ameaças de tomar a capital Bamako.

Entre os outros atores presentes no conflito, destaca-se o grupo islâmico radical Ansar Dine, que ao auxiliar os Tuaregues ao obter o controle da região Norte do Mali, pretendiam impor a *Sharia* (lei islâmica) no território ocupado, O Ansar Dine ainda possui ligações com o

outro grupo fundamentalista islâmico, responsável pelos atos de terrorismo do 11 de setembro, o Al Qaeda. Apesar de inicialmente aliados, os tuaregues e o grupo Ansar Dine, estão conseqüentemente em conflito, seja pela discordância de implementação da *Sharia*, da qual os tuaregues são contrários, seja pela oposição de Ansar Dine, a algumas tradições dos tuaregues.

Com a intensificação do conflito em janeiro de 2013, o governo do Mali se viu na necessidade e de solicitar apoio internacional para a França, na manutenção de sua soberania e segurança interna. A França concorda em intervir no conflito e em poucos dias já havia retomado o controle das principais cidades do norte, isso se deu através da operação Serval, que contou com o apoio logístico das Forças Armadas dos Estados Unidos e outros países europeus. Centenas de soldados franceses participaram da operação que contou com a colaboração da Força Aérea Francesa para apoio e ataque das posições dos rebeldes (BBC, 2013).

A operação Serval teve êxito no restabelecimento da integridade territorial do Mali, porém no mesmo ano a França permitiu que os tuaregues rebeldes retornassem a alguns de seus territórios para auxiliarem no combate aos grupos islâmicos jihadistas. Tal atitude, foi considerada intervencionista e desaprovada por Bamako e a elite Malinesa, gerando insatisfação contra os franceses e dificultando a ação francesa no país (Guichaoua, 2020, p. 910).

Apesar da intervenção Francesa apresentar resultados quase que imediatos, ela não foi capaz de solucionar as causas estruturais do conflito no país. A intervenção francesa alcançou a estabilização momentânea do Mali, garantindo a segurança e estabilidade da eleição de Ibrahim Boubacar Keïta em 2013, que é marcado por escândalos de corrupção e divisão Norte e Sul do país acentuada, da qual Bamako não diferenciava rebeldes tuaregues e jihadistas, além de pressionar para que o Azawad não se tornasse uma região autônoma (Boeke e Shuurman, 2015, p.19, p.418)

“O acordo de paz entre as autoridades do Mali e os separatistas tuaregues foi finalmente assinado em 2015 sob a mediação da Argélia. Entre outras medidas, os “Acordos de Argel” previam a reforma da administração territorial de regiões do Mali, bem como a integração dos rebeldes nas forças armadas malinesas (Guichaoua, 2020, p. 898). No entanto, os Acordos de Argel falharam. Entre as principais causas para seu fracasso, destacam-se a não participação dos grupos jihadistas nas negociações e o fato de que a maioria dos dirigentes e da população do Mali nunca aceitou as condições do acordo (Devenport e Harris, 2020).

Em uma demonstração concreta da instabilidade no país, o Mali sofreu dois golpes de estado recentes, em 2020 e 2021, tendo Assimi Goita como a principal liderança em ambos os casos (French, 2022)” (SILVA, 2022, p. 165)

A intervenção da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas só foi possível, dado a presença francesa em 2012 no norte do país, que ofereceu uma estabilidade, mesmo que momentânea para a vinda da MINUSMA e do cenário internacional.

### **3. Atuação efetiva da MINUSMA**

A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), foi estabelecida pela resolução 2100 do Conselho de Segurança da ONU, no dia 25 de abril de 2013 (S/RES/2100). Criada com o objetivo de dar suporte ao processo de transição política, tinha maior foco na proteção civil, monitoramento de direitos humanos, e assistência humanitária, apoiando o país, inclusive na preparação de eleições livres e pacíficas. Contudo, como nos mostra o fim dessa história, dado a resolução a 2690, de junho de 2023, que determinava o encerramento imediato das operações da missão (S/2023/402), a MINUSMA, efetivamente, não concluiu seus objetivos. A transição política, com eleição de representantes de forma livre, gratuita e pacífica, nunca ocorreu de forma duradoura. Foram inúmeros os golpes e uma grande instabilidade política no Mali dentro dos 10 anos de duração da Missão, pois, até o fim, a MINUSMA, sempre esteve engessada numa linha turva entre a militarização de sua missão de paz.

Inicialmente, na resolução 2100, de 2013, do Conselho de Segurança da ONU, ficou estabelecido, no seu 16º parágrafo, que o mandato da MINUSMA buscaria: estabilizar os principais centros populacionais; restaurar a autoridade estatal; auxiliar o diálogo entre o Estado e os grupos políticos dissidentes do Norte; proteger os civis e as tropas da ONU, garantir os direitos humanos, e etc. Na mesma resolução, nos seus parágrafos 17 e 18, estabelecem que as tropas da ONU, junto às tropas francesas, podem utilizar de todos os meios ao seu dispor (inclusive a força) para garantir a estabilização dos principais grandes centros populacionais, a retomada da autoridade do Estado nessas regiões e proteção de civis e militares da Missão. Em outras palavras, a MINUSMA sempre esteve num impasse, as missões da ONU nunca tiveram caráter de uso de força militar ativa para alcançar os objetivos, mas, desde o início da Missão, a ONU já tinha noção da necessidade, e pedido do Mali, de uso da força na região.

Outrossim, no Relatório do Secretário-Geral do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre a situação do Mali, de 26 de março de 2013, anterior ao estabelecimento da

Missão, no seu 69º parágrafo, já cita o pedido de diversos interlocutores do Mali para as forças das Nações Unidas, realizarem operações de combate contra grupos terroristas para restabelecer a integridade territorial do país. O 70º parágrafo, do mesmo relatório, diz que movimentos dessa natureza estão fora da doutrina das missões de paz da ONU.

“As Nações Unidas não estão preparadas para supervisionar tais operações de forma estratégica, nem as suas forças de manutenção da paz são tipicamente treinadas, equipadas ou experientes, no tipo de operações que seriam necessárias para executar esses tipos de mandatos. Além disso, esforços desta natureza estão muito fora do âmbito da doutrina das operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Também é incerto que a Organização tenha a capacidade de absorver o número de baixas que poderiam decorrer dessas operações de combate” (S/2013/189)

Contudo, apesar do posicionamento inicial, com o passar do tempo e do aumento das tensões e conflitos do país, a morte de mais de 174 boinas azuis, até fevereiro de 2023, e a deterioração política, de segurança e humanitária do Mali, a Resolução 2640, de 2022, junto a outras resoluções, desde 2014, deixaram a missão mais robusta, e com mais prerrogativas militares do que a resolução inicial, de 2013.

Na Resolução 2164, de 2014, houve expansão das atividades militares para o norte, além dos centros populacionais, e o início da coordenação operacional, fornecendo e recendo informações, com as forças de Defesa e Segurança. Após isso, a resolução 2295, de 2016, do Conselho de Segurança da ONU, depois de dois anos sofrendo diversos ataques, permitiram a Missão, a ter um papel mais abrangente na luta antiterrorista no Mali. Isto é, desde 2016, a MINUSMA dá suporte às operações contra-terroristas fornecendo informações e cooperando no treinamento de soldados, não apenas das Forças de Defesa e Segurança do Mali (MDSF), mas também, das operações militares Francesas de ataque a terroristas, em Barkhane<sup>1</sup> e da FC-G5 Sahel<sup>2</sup> (CHARBONNEAU, 2017). Por fim, a resolução 2640, de 2022, estabeleceu que as tropas deveriam “antecipar, deter, e reagir efetivamente, a ameaças à população civil” (S/RES/2640, 2022). Dessa forma, a MINUSMA, segundo o Relatório de 2022 do International Crisis Group, estava numa estranha e incongruente posição de precisar conter as ameaças jihadistas, sem efetivamente suprimi-los militarmente.

Assim sendo, a Missão seria responsável por resolver os desafios políticos que obstruem a paz no Mali, enquanto dá suporte aos militares franceses, que atacam efetivamente os terroristas. Entretanto, como explica Gauthier, na prática, uma divisão com barreiras de ação tão bem estipuladas não é possível. Ao trocar informações e fazer tudo a seu alcance para dar suporte aos franceses, a operação de paz da MINUSMA se torna agente ativo nas operações contra terroristas. (GAUTHIER, 2021). A Missão, como mostrado, nunca se comprometeu a

lutar ativamente contra os terroristas, de forma ativa e ofensiva, pois isso nunca foi prerrogativa das missões de paz da ONU, e, ainda assim, sempre esteve em meio a uma zona borrada do que é a ideia de “manutenção de paz” dessas missões, pois, efetivamente, dava suporte técnico e informacional aos movimentos militares contraterroristas.

Por outro lado, a Missão trouxe alguns benefícios ao país, ajudando a estabilizar grandes centros urbanos, e a fornecer apoio humanitário a parte da população. A MINUSMA, até fevereiro de 2023, contava com 17430 membros, sendo eles: 3.384 civis; 1601 policiais; 504 funcionários; 11739 militares; e 202 voluntários da ONU. Suas bases operacionais estavam distribuídas, ao longo do país, nos principais centros urbanos como: Bamako (capital), mais ao sul; Mopti e Douentza, no centro do país; Goundam e Ber no Oeste; Gao, Ansongo e Ménaka, no Leste; e Kidal, Aguelhok e Tessalit, no Norte. (ONU, 2022). Apesar de bem distribuídas pelo território malinense, pouco atuavam fora dos centros urbanos do país.

Devido ao grande número de mortes da missão, 303 até fevereiro de 2023 segundo dados da ONU, a missão gastava mais energia em manter seus comboios e estruturas protegidas, do que a proteção de civis, especialmente no interior, que pouco viam e sentiam, o resultado da missão, estando largados a ataques e banditismo. Segundo Jaïr van der Lijin, a maior parte da população malinesa não teve acesso aos benefícios da missão, a concentração do apoio civil ficou restrita aos grandes centros, principalmente na capital, devido a razões logísticas e de segurança (LIJIN, 2021).

Dessa forma, apesar dos esforços para a ampliação da MINUSMA, com a retirada das tropas francesas, baixo apoio populacional e tensões com o Governo do Mali pós golpe de 2020, o baixo apoio e interesse internacional, os ricos e vidas perdidas dos membros da missão, e a percepção internacional de militarização das operações que diminuem sua legitimidade como missão de paz, demonstram o insucesso da MINUSMA. Levando a retirada imediata das tropas da ONU do país, na Resolução 2690 de junho de 2023, que determina, em seu 2º parágrafo, o fim das suas operações e retirada de tropas, a partir do dia 1 de Julho de 2023, com o objetivo de terminar o processo no dia 31 de dezembro de 2023 ([S/RES/2690](#)).

#### **4. Fatores domésticos e sistêmicos do insucesso da MINUSMA**

Os fatores, domésticos e sistêmicos, que levaram ao insucesso da MINUSMA, são tão complexos quanto os que levaram a existência do conflito no país. O insucesso da Missão, está intimamente ligado ao contexto histórico do conflito e a atuação efetiva da Missão.

Ambos, condicionaram o atual quadro sociopolítico do país, de maneira que a permanência da MINUSMA no Mali fosse insustentável, e sobretudo, indesejada, interna e externamente.

Primeiramente, a MINUSMA iniciou suas operações em 2013 e as encerrou em 2023. Contudo, para o surgimento de uma Missão de Paz, é necessário a autorização e desejo do governo local, pois é crucial o respeito de sua soberania. Em 2012, o governo malinês solicitou apoio internacional a ONU, e em 2023, solicitou a retirada da Missão (S/RES/2690). Os fatores domésticos desse insucesso, que se misturam e associam a todo contexto histórico do conflito, podem ser divididos em três pontos principais: a insatisfação popular com a atuação da MINUSMA; as desavenças com o Governo do Mali; e a insatisfação das próprias tropas da Missão.

O contexto histórico do conflito do país, a constante instabilidade política, a fragilidade governamental e de sua atuação no território, uma economia, essencialmente, de agricultura e extrativismo, levaram ao quadro de fragilidade social no país, na qual, em 2020, tinha 36,1% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, segundo os dados da CIA World Factbook. Em outras palavras, é mister, para a melhora da satisfação e vida da população, a resolução do conflito no país. Nesse sentido, desde 2013, o Governo, junto a outros interlocutores do país e região, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWA) e da União Africana (AU), já solicitavam a ONU, apoio militar com operações de combate contra grupos terroristas (S/2013/189). O golpe de 2012, a posterior insatisfação - após apoio inicial-, com as tropas francesas de Barkhane, e, por fim, a insatisfação com a atuação da própria MINUSMA, se davam pelo mesmo motivo: a forma que lidavam com as forças “terroristas” no norte do país, uma atuação por muitas vezes passiva e não ativa.

Dessa forma, o sentimento do Governo militar, que assumiu após o golpe de 2021, e da população, é o mesmo, a forma como a MINUSMA efetivamente se postou, foi pouco eficaz para a resolução do conflito. Soma-se a isso, um crescente sentimento anti ocidente no país, e o reatar dos laços com os russos, pós-guerra da Ucrânia, no qual, segundo dados do Friedrich-Ebert-Stiftung, de fevereiro de 2023, nove a cada dez malineses confiam no apoio da Rússia para a melhora do quadro de segurança do país (Friedrich-Ebert-Stiftung, 2023). Outrossim, a população do Mali, devido a forma de disposição da MINUSMA no território, com foco nos grandes centros populacionais e baixo apoio ao interior, pouco via seus benefícios. Contudo, não obstante, na região central do país, mais de 57% da população estava insatisfeita com o trabalho da MINUSMA, sendo as críticas principais, de não proteger a população da violência de grupos armados, de ser cúmplice de grupos armados e de contribuir para o elevado custo de vida (Friedrich-Ebert-Stiftung, 2023). Assim sendo, a maior parte da população malinesa, e o atual governo militar, estavam insatisfeitos com a

atuação da MINUSMA, e, em 2023, o governo central solicitou a retirada das tropas da região.

Por fim, não era apenas o governo e a população que estavam insatisfeitos. As próprias tropas internacionais, que ajudavam a Missão, pouco viam sentido em sua manutenção. Em 2022, o Reino Unido, Alemanha, Benim, Suécia, Egito, entre outros países, decidiram suspender as atividades ou retirar suas tropas do país (International, Crisis Group, 2022). Os motivos, vão desde o envolvimento do grupo Wagner no conflito e o impedimento de distribuição de suprimentos para as tropas pelo Governo, até a frustração das tropas com a perda de soldados para jihadistas, enquanto pouco se vê de progresso na Missão (Internacional Crisis Group, 2022). Outrossim, soma-se, o fato de a MINUSMA se tornou a Missão de Paz mais violenta da ONU, desde sua fundação, segundo dados da própria ONU, de fevereiro de 2023, mais de 303 membros da Missão foram mortos, e o número fatalidades entre os civis passou de mil por ano, nos últimos dois anos de conflito (S/2023/402).

Destarte, conclui-se que, internamente, a baixa efetividade da missão na resolução do conflito e estabilização do país, soma-se a insatisfação popular e governamental, e a frustração das tropas internacionais, levando a retirada da Missão do país, em 2023. A conjuntura sociopolítica do país, exigia da MINUSMA um posicionamento que não estava prepara ou disposta a oferecer. Após os 10 anos de sua operação, sem vislumbrar um fim ao conflito, a percepção da população é de que não mais precisam da Missão, e hoje, contam e confiam, com o apoio dos russos para a melhora do quadro de segurança do Mali.

No complexo cenário da missão de estabilização no Mali, o fracasso da (MINUSMA) em atingir seus objetivos produz uma série de questionamentos sobre os fatores que transcendem as fronteiras nacionais e desempenharam um papel crucial nesse desfecho. Nesta segunda metade do terceiro capítulo, observa-se uma análise dos fatores sistêmicos que influenciaram a dificuldade da MINUSMA em promover a estabilidade e segurança na região. Explorando desde a crescente influência russa na região, até a complexa interconexão de grupos extremistas transnacionais, observando como estes e outros fatores sistêmicos contribuíram e moldaram o desenrolar dos eventos no Mali.

No contexto das complexas interações geopolíticas que moldaram o cenário do Mali, a crescente influência da Rússia na região assume um papel de destaque como fator sistêmico que merece análise aprofundada. As relações russo-africanas são estratégicas e com a imposição de sanções pelo Ocidente ao governo russo, como resposta ao conflito na Ucrânia, se tornaram ainda mais presentes. Isso culmina numa presença ainda mais marcante da indústria russa no continente africano, contribuindo com o desenvolvimento regional e fomentando maiores trocas bilaterais entre a Rússia e as nações africanas. Essas relações têm

sido aproveitadas por diversos países africanos para fortalecer sua estabilidade interna, através da formalização de acordos militares com a potência russa.

a cúpula Rússia-África de 2019, a Rússia firmou um contrato de cooperação militar no valor de US\$ 10 bilhões. Além disso, na mais recente cúpula ocorrida em 2023, em São Petersburgo, o presidente Putin estabeleceu acordos militares com 40 nações africanas, visando a consolidação de sua influência no continente africano. Entre esses países encontra-se o Mali, que desde o golpe ocorrido em 2021, apoiado por movimentos pró-Rússia, tem demonstrado uma posição favorável ao governo russo. Desde então, o governo malinês tem manifestado seu apoio à Rússia e, em várias ocasiões, expressou descontentamento com as intervenções do Ocidente em seu território.

Dentre as influências russas no Mali, destaca-se a presença do Grupo Wagner, uma empresa militar reconhecida por empregar mercenários em conflitos, notadamente no contexto do conflito Rússia-Ucrânia. No entanto, o grupo também mantém atividades em várias regiões do mundo, incluindo o continente africano. No Mali, os mercenários do Grupo Wagner operam no setor de exploração de recursos naturais, como ouro e diamantes, frequentemente em troca de apoio a regimes autoritários frágeis. Essa atuação está frequentemente associada ao seu envolvimento com o movimento pró-Rússia no Mali.

O movimento pró-Rússia no Mali é liderado por Yèrèwolo, que significa "filhos dignos" na língua franca do Mali, o bambará. Criado em 2019 pelo ativista inflamatório Adama Ben Diarra, membro do Conselho Nacional de Transição (CNT) do Mali, o grupo radical pan-africanista suscita suposições sobre sua possível relação próxima com a junta militar que governa o país. Além disso, o movimento adota discursos nacionalistas e retóricas pró-Rússia, com apelos à expulsão das forças armadas francesas e da ONU no Mali.

Internamente, o grupo faz uso frequente de símbolos associados ao Grupo Wagner e à Rússia, enquanto demonstra ações simbólicas, como a queima de emblemas da ONU e de nações ocidentais, notadamente francesas. A presença desses grupos dificulta a atuação da MINUSMA, tanto pela opinião pública malinesa se formar contrária a execução da Missão Integrada das Nações Unidas para estabilização do Mali, bem como a própria opinião popular ocidental de observar os capacetes azuis atuando em certa relação com os membros pró-Rússia e do Wagner group, contra os rebeldes do norte do País. Tal influência crescente russa é observado por todo o território do Sahel (BBC, 2023).

O cenário de conflito no Mali transcende as fronteiras nacionais, adquirindo uma dimensão transnacional que envolve não apenas a dinâmica interna do país, mas também a influência de atores externos. Nesse contexto complexo, o extremismo ganha destaque como um elemento central, alimentado pela interação de fatores domésticos e sistêmicos.

Paralelamente, a intervenção externa nos conflitos regionais desempenha um papel crucial, quando Estados e organizações internacionais buscam moldar o curso do conflito a partir de suas próprias perspectivas e interesses. Esta interseção entre o extremismo, a intervenção externa e as dinâmicas regionais compõem um quadro intrincado que requer uma análise minuciosa para compreender plenamente a evolução e a complexidade do conflito no Mali.

Por fim, as dificuldades de cooperação internacional coordenada emergem como um elemento determinante no desdobramento do conflito no Mali. A complexidade das dinâmicas regionais, aliada às múltiplas agendas dos atores internacionais, desafiou a capacidade de uma resposta unificada. A falta de uma coordenação eficaz entre organizações internacionais, países do G5 Sahel e outros intervenientes globais minou a eficácia da MINUSMA, muitas vezes resultando em estratégias fragmentadas e desafios operacionais.

Em última análise, a superação das dificuldades de cooperação internacional coordenada requer uma mudança de mentalidade e uma abordagem mais colaborativa entre os atores globais. Somente através de uma abordagem unificada e coordenada será possível enfrentar eficazmente os desafios sistêmicos e domésticos que perpetuam a instabilidade no Mali, pavimentando o caminho para um futuro mais estável e seguro.

## **5. Conclusão**

Em retrospecto, a atuação da MINUSMA, apesar de se militarizar progressivamente, inclusive apoiando operações das tropas francesas de maneira direta (CHARBONNEAU, 2017), encontrou-se constantemente presa entre as demandas militares do governo e da população do Mali, e a compreensão de sua própria doutrina como uma missão de paz da ONU. Além disso, a percepção pública malinesa refletiu uma sensação de benefícios limitados, como destacado por Jaïr van der Lijin, com a concentração do apoio civil restrita às áreas urbanas e à capital devido a questões logísticas e de segurança (LIJIN, 2019).

Apesar dos esforços do Conselho de Segurança para ampliar a presença da MINUSMA após a retirada das tropas francesas, diversos fatores contribuíram para o insucesso da missão. A escassez de apoio popular, as tensões decorrentes do golpe de 2020 no governo do Mali, a falta de interesse e suporte internacional, os custos humanos e as percepções globais de uma militarização excessiva das operações minaram progressivamente a legitimidade e a eficácia da MINUSMA ao longo do tempo. A confirmação desse fracasso materializou-se na Resolução 2690 de junho de 2023, a qual determinou a retirada imediata das tropas da ONU do país a partir de 1 de julho de 2023, com o objetivo de concluir o processo até 31 de dezembro do mesmo ano.

Diante da complexidade da região, envolvendo: conflitos étnicos, lutas anticoloniais e tensões religiosas que caracterizam o Mali, fica evidente que a abordagem reativa adotada pela ONU não foi suficiente para solucionar as crises humanitárias e políticas que assolaram o país. O último golpe de Estado em 2021, bem como a contestação internacional em relação à militarização da MINUSMA e à redução do apoio financeiro, adicionou uma camada adicional de desafios, confirmando a incapacidade da missão de estabilizar efetivamente a situação.

Portanto, considerando a intrínseca interação entre fatores internos e externos que influenciaram o fracasso da MINUSMA, é inegável que a resolução das crises humanitárias e políticas do Mali exigiria uma abordagem mais proativa e adaptativa por parte da ONU, a fim de garantir uma paz duradoura e efetiva. A lição aprendida com a experiência da MINUSMA ressalta a necessidade de uma compreensão mais holística e abrangente das dinâmicas locais e globais ao enfrentar conflitos complexos e em evolução.

### **Referências bibliográficas:**

BBC. Mali profile. Disponível em < <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13881370> >  
Acesso em 03 fev. 2013.

BBC BRASIL. Quem é quem no conflito no Mali. Disponível em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130115\\_mail\\_quemequem\\_bg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130115_mail_quemequem_bg.shtml)  
Acesso em 04 fev. 2013

BBC BRASIL. A nação africana onde mercenários pró-Rússia do grupo Wagner operam. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c90v1vq9vy4o>

Acesso em 26 jul. 2023

BENJAMINSEN, Tor. Does supply-induced scarcity drive violent conflicts in the African Sahel? The case of the Tuareg Rebellion in northern Mali. *Journal of Peace Research*, v.45, n.6, 2008

Boeke, S. e Shuurman, B. (2015). Operation “Serval”: A strategic analysis of the French intervention in Mali, 2013-2014. *Journal of Strategic Studies*, 38(6), 1-25. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402390.2015.1045494?journalCode=fjss20>

BLAYDES, Lisa; MAIO, Jennifer. Spoiling the Peace? Peace process exclusivity and political violence in north-central Africa. *Civil Wars*, v.12, n.1-2, 2010.

Central Intelligence Agency. (2020). Mali. In *The World Factbook*. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali/>

CHARBONNEAU, Bruno. Intervention in Mali: building peace between peacekeeping and counterterrorism. *Journal of Contemporary African Studies*, Abingdon, v. 35, n.4, p.415-431, ago. 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Relatório 189, index: S/2013/189, 26 de março de 2013. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 15/08/2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Relatório 402, index: S/2023/402, 01 de junho de 2023. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 15/08/2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 2100, index: S/RES/2100, 25 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 15/08/2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 2164, index: S/RES/2164, 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 15/08/2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 2295, index: S/RES/2295, 29 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 15/08/2023

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 2640, index: S/RES/2640, 29 de junho de 2022. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 15/08/2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 2690, index: S/RES/2690, 30 de junho de 2023. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 15/08/2023.

Devenport, J. e Harris, M. (2020, 15 de abril). Why Mali needs a new peace deal. Center for Strategic & International Studies. <https://www.csis.org/analysis/why-mali-needs-new-peace-deal>

DUARTE, Geraldine Rosas. Crise no Mali: as origens do conflito e os entraves para a resolução. *Conjuntura internacional*, v. 10, n. 1, p. 7-14, 2013.

French, H. (2022). France's trouble in West Africa go well beyond a failed counter-insurgency. *World Politics Review* (selective content): 1-4. <https://web-p-ebshost-com.ezproxy2.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=0&sid=ef954e74-b634-4b15-8ce9-b7257cfaf45b>

<https://web-p-ebshost-com.ezproxy2.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=0&sid=ef954e74-b634-4b15-8ce9-b7257cfaf45b%40redis&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJnNpdGU9ZWhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=154936719&db=aph>

Guichaoua, Y. (2020). The bitter harvest of French interventionism in the Sahel. *International Affairs*, 96 (4): 895-911. <https://doi.org/10.1093/ia/iaaa094>

IRIN NEWS. Mali: Timeline of northern conflict. Disponível em <<http://www.irinnews.org/report/95252/mali-a-timeline-of-northern-conflict>> Acesso em 03 fev. 2013.

JEZEQUEL, Jean-Hervé. MINUSMA at a Crossroads. **International Crisis Groups**, Washington, 01 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/minusma-crossroads>. Acesso em: 16/08/2023.

KLATT, Christian. Mali-Metre Enquête d'opinion: "Que pensent les Malien(ne)s?". **Friedrich-Ebert-Stiftung**, Bamako, v.1, p. 1-108, Maio de 2023. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mali/10100/index.html>. Acesso em: 15/08/2023.

LIJIN, Jaïr van der. **Assessing the of the United Nations Mission in Mali/ MINUSMA**. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2019, p. 1–121, jan. 2019.

ONU Geospatial. **MINUSMA Deployment December 2022**. Mali: United Nations, 01 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.un.org/geospatial/content/minusma-deployment-december-2022>. Acesso em: 15/08/2023.

SILVA, J. M. de R; MENDONÇA, H. ; AZEVEDO, R. ; & COSTA MARINHO, R. (2022). A intervenção francesa no Mali: estudo de caso sobre a Operação Serval: A intervenção francesa no Mali: estudo de caso sobre a Operação Serval. **Revista De Relaciones Internacionales, Estrategia Y Seguridad**, 17(2), 155–172. Disponível em: <https://doi.org/10.18359/ries.6168>

VELA, Venessa Gauthier. Minusma ans the Militarization of UN Peacekeeping. **International Peacekeeping**, London, v. 28, n. 5, p. 838-863, jul. 2021.